

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

RESPONSABILIDADE
CIVIL

19ª edição

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Amal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Maril Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Barтира

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-9/7057

Gonçalves, Carlos Roberto

Responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. – 19. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
888 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1513-1 (impresso)

1. Direito civil I. Título.

20-0186

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 18-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606216 CAE 706597

| ÍNDICE

| Livro I

Ideias Gerais sobre a Responsabilidade Civil |

1. Introdução	43
2. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento	45
3. Culpa e responsabilidade	48
4. Imputabilidade e capacidade	50
4.1. A responsabilidade dos amentais	50
4.1.1. Situação anterior ao Estatuto da Pessoa com Deficiência	50
4.1.2. Modificações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência	54
4.2. A responsabilidade dos menores	54
5. Responsabilidade civil e responsabilidade penal	55
6. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	57
7. Responsabilidade contratual e extracontratual	60
8. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei)	63
9. Responsabilidade nas relações de consumo	63
10. Pressupostos da responsabilidade civil	64

| Livro II

Elementos Essenciais da Responsabilidade Civil |

TÍTULO I

Ação ou Omissão do Agente

CAPÍTULO I

Responsabilidade Extracontratual

Seção I

Responsabilidade por ato próprio

1. Ação ou omissão: infração a um dever	68
--	----

2. Ato praticado contra a honra da mulher	69
3. Calúnia, difamação e injúria	70
3.1. Ofensa divulgada pelos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão etc.)	71
3.2. Ofensa moral em programa de rádio	74
3.3. Fato ocorrido em programa de televisão	74
3.4. Danos morais e materiais decorrentes de publicação jornalística	76
3.5. Legitimidade passiva da empresa jornalística	76
3.6. Veiculação de notícia verdadeira	77
3.7. Republicação de fotografia humilhante, para fins publicitários	77
3.8. Publicação ostensiva tachando policial, posteriormente inocentado, de ladrão	77
3.9. Divulgação pela imprensa de fatos constantes de inquérito policial	77
3.10. Troca de acusações pela imprensa.....	77
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga	78
4.1. Cobrança excessiva, mas de boa-fé	80
4.2. Protesto indevido de título	81
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito	81
5.1. Princípio da boa-fé e da probidade	84
5.2. Proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	84
5.3. <i>Suppressio, surrectio e tu quoque</i>	85
5.4. <i>Duty to mitigate the loss</i>	86
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado	87
6.1. Rompimento de noivado com casamento já agendado.....	91
6.2. Rompimento de noivado com convites para o casamento já distribuídos, estando a noiva grávida.....	92
6.3. Rompimento injustificado pelo réu, casando-se imediatamente com outra	92
6.4. Rompimento de noivado em circunstâncias injuriosas à honra da mulher.	92
6.5. Improcedência da ação de indenização por rompimento de noivado	93
6.6. Rompimento de namoro. Descabimento de indenização por danos morais e materiais.....	93
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável	94
8. Responsabilidade civil entre cônjuges	101
8.1. Ações de divórcio e de indenização: independentes, mas podem ser cumuladas	104
8.2. Esposa que pratica adultério e registra filho extraconjugal em nome do marido.....	105
8.3. Inexistência da obrigação de indenizar por parte do cúmplice no adultério	106
8.4. Adultério e responsabilidade civil	107
9. Responsabilidade civil por dano ecológico (ambiental)	108
9.1. O direito ambiental	108
9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico.....	109

9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior.....	111
9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos.....	112
9.5. A reparação do dano ambiental	114
9.5.1. Dano causado por desmatamento de mata natural Atlântica em propriedade particular	118
9.5.2. Preexistência de elemento poluidor no local	118
9.5.3. Danos causados por deslizamento de morro em virtude das chuvas.....	118
9.5.4. Ação civil pública proposta pelo Ministério Público	118
9.5.5. Dano ao meio ambiente provocado por depósito de lixo	119
9.5.6. Pedido de transferência de instalações de empresa poluidora.....	119
9.5.7. Comércio de aves silvestres.....	119
9.5.8. Denúnciação da lide	120
9.5.9. Ausência dos requisitos para a concessão de medida liminar	120
9.5.10. Extermínio de aves de pequeno porte.....	120
9.5.11. Ação civil pública: competência e solidariedade passiva	120
9.5.12. Poluição industrial.....	120
9.5.13. Lançamento de produtos tóxicos em rio	120
9.5.14. Rompimento de duto	120
10. Responsabilidade civil por dano atômico	121
11. Violação do direito à própria imagem.....	123
11.1. Publicação ou uso de fotografia, não autorizados	126
11.2. Imagem veiculada em programa de televisão.....	127
11.3. Uso comercial, não autorizado, de fotografia.....	127
11.4. Reprodução desautorizada de fotografia, sem, porém, ofensa à imagem... ..	128
11.5. Exposição de defeitos físicos de entrevistado, contra a sua vontade.....	128
11.6. Publicação de notícia ofensiva à imagem, porém de interesse público.....	129
12. A AIDS e a responsabilidade civil	129
12.1. Responsabilidade do hospital em virtude de morte causada por transfusão de sangue contaminado.....	130
12.2. Responsabilidade civil do Estado	131
12.3. Inexistência do nexó de causalidade.....	131
12.4. Auxiliar de enfermagem que alega ter sido contaminado pelo vírus da AIDS	132
12.5. Não contratação de candidato a emprego considerado “apto” em processo seletivo.....	132
12.6. Resultado falso de exame realizado por laboratório.....	132
12.7. Invasão de privacidade.....	132
13. Responsabilidade civil na Internet	132

13.1. O comércio eletrônico	132
13.2. A responsabilidade civil	133
13.3. O Marco Civil da Internet – O direito ao esquecimento	137
13.4. Ofensa aos direitos autorais na divulgação de obra pela Internet	140
13.5. Validade de certidão negativa, para fins de inventário, obtida por meio da Internet	140
13.6. Bloqueio dos <i>sites</i> , com prejuízo concreto à parte contrária. Inadmissibilidade	140
13.7. Tutela antecipada para sustar o uso de nome de domínio na Internet	140
13.8. Tutela antecipada para suspender os efeitos de registro de nome empresarial na Internet.....	141
13.9. Dano moral provocado por mensagens ofensivas da honra divulgadas na Internet.....	141
13.10. Comentários difamatórios no Facebook	141
13.11. Google não é responsável por notícias exibidas em busca	142
14. Responsabilidade civil no esporte profissional e nas atividades de lazer ..	142
14.1. Álbum de figurinhas comercializado sem autorização do jogador. Exploração indevida da imagem.....	145
14.2. Utilização da imagem do atleta, sem autorização	145
14.3. Dano sofrido por jogador durante partida futebolística	145
14.4. Morte de atleta durante atividade esportiva	146
14.5. Horas extras: não devidas pelo período de concentração do jogador de futebol.....	146
14.6. Liberação do passe do atleta em virtude de mora salarial	146
14.7. Reparação de danos sofridos pelo torcedor	146
14.8. Responsabilidade das academias de ginástica	147

Seção II

Responsabilidade por ato ou fato de terceiro

1. Disposições gerais. Presunção de culpa	149
2. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil	152
2.1. Responsabilidade solidária do anestesista e do cirurgião-chefe, quando houver relação de subordinação	153
2.2. Responsabilidade dos genitores pelos danos causados por seu filho esquizofrênico	153
2.3. Responsabilidade solidária do pai pelos filhos menores	154
2.4. Responsabilidade solidária do preponente por ato do preposto	154

3. Responsabilidade dos pais	154
3.1. Cumulação de responsabilidade paterna com a responsabilidade de terceiros	158
3.2. Emancipação concedida pelos pais	158
3.3. Ilegitimidade passiva do genitor que não tem a guarda do filho	159
3.4. Ilegitimidade passiva dos pais, quando terceiro é responsável pelo menor	161
3.5. Responsabilidade por ato de filho maior	162
3.6. Responsabilidade solidária dos pais e de terceiro	162
3.7. Afastamento da responsabilidade do genitor que não detinha a guarda de filho menor.....	162
3.8. Responsabilidade dos pais por ato ilícito praticado pelo filho menor.....	163
3.9. Necessidade da demonstração de culpa do menor, para a configuração da responsabilidade dos pais	163
3.10. Menor atingido por tiro de revólver disparado por outro menor	163
4. Responsabilidade dos tutores e curadores	163
5. Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviços e prepostos	165
5.1. Conceito de empregado, serviço e preposto	165
5.2. Responsabilidade presumida, <i>juris et de jure</i>	167
5.3. Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente	168
5.4. Responsabilidade do condomínio por ato de preposto	170
5.5. Sentença penal condenatória do empregado.....	171
5.6. Responsabilidade do preponente por ato de seu preposto	171
5.7. Responsabilidade do <i>shopping center</i> por crime praticado por empregado fora do horário de trabalho	172
5.8. Solidariedade passiva entre os causadores do dano.....	172
5.9. Responsabilidade do hospital por erro médico de seu preposto.....	173
5.10. Responsabilidade de empresa de assistência médica por ato cometido por médico credenciado	173
5.11. Responsabilidade da empresa terceirizada e da contratante.....	173
5.12. Responsabilidade do dono, ainda que o preposto não estivesse autorizado a dirigir o veículo.....	173
5.13. Responsabilidade do dono, mesmo quando o veículo tenha sido usado pelo preposto sem autorização e fora do horário de trabalho.....	174
5.14. Acidente de trânsito causado pelo empregado, com danos aos que viajavam de carona.....	174
5.15. Denúncia da lide ao empregado. Inadmissibilidade.....	175
5.16. Empregado que não é motorista da empresa, mas mero funcionário do setor de empacotamento	175

5.17. Responsabilidade de frota de táxi por roubo de passageiro praticado pelo motorista	175
5.18. Responsabilidade da pessoa jurídica	175
6. Responsabilidade dos educadores	176
6.1. A responsabilidade das escolas públicas	179
6.2. Ação regressiva do estabelecimento de ensino contra os pais dos alunos..	180
6.3. A prática de <i>bullying</i> nas escolas: responsabilidade do educador ou dos pais?.....	180
6.4. Responsabilidade do educador por educando maior de idade.....	183
7. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros.....	184
8. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime.....	186
9. Responsabilidade dos farmacêuticos.....	186
9.1. Responsabilidade civil por danos causados por remédios.....	187
9.2. Responsabilidade no fornecimento de medicamentos genéricos	188
10. Responsabilidade civil dos empresários individuais e das empresas pelos produtos postos em circulação.....	188
11. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público.....	190
11.1. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva....	190
11.2. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição de 1988	193
11.2.1. Jurisprudência sobre a responsabilidade das concessionárias de serviço público	197
11.2.2. Jurisprudência sobre a responsabilidade das permissionárias de serviço público	198
11.3. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes....	198
11.3.1. Morte de filho menor em creche municipal	204
11.3.2. Buracos na via pública, sem a devida sinalização.....	204
11.3.3. Tentativa de assalto a usuários do metrô, com morte.....	204
11.3.4. Danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais ...	205
11.3.5. Morte de detento, na prisão	205
11.3.6. Insuficiência de iluminação pública no local do sinistro	206
11.3.7. Furto de veículo em logradouro público. Parqueamento	207
11.3.8. Veículo vistoriado apreendido posteriormente por ser objeto de furto	207
11.3.9. Dano causado por presidiário foragido da prisão	207
11.3.10. Danos ocasionados por instituição financeira	207
11.3.11. Invasão de propriedade particular por integrantes do MST	207
11.3.12. Morte de menor, em comemoração promovida por delinquentes	208
11.3.13. Servidor baleado em Fórum	208
11.3.14. Professora agredida fisicamente por aluno.....	208
11.3.15. Tortura de menor em estabelecimento prisional.....	208

11.4. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário	208
11.5. Denúncia da lide ao funcionário ou agente público	211
11.6. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos	215
11.7. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público	216
11.7.1. Incêndio em casa de <i>shows</i>	216
11.7.2. Preso colocado em regime semiaberto que volta a delinquir	217
11.7.3. Defeito de semáforo	217
11.7.4. Falta de sinalização em pista rodoviária	217
11.7.5. Perdas e danos resultantes de enchentes	217
11.7.6. Veículo atingido por ponte ruída	217
11.7.7. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública	217
11.7.8. Responsabilidade solidária do Estado e de empreiteira	218
11.7.9. Cassação de alvará de licença	218
11.7.10. Bueiro indevidamente destampado	218
11.7.11. Irregular expedição de títulos de propriedade	218
11.7.12. Abuso de autoridade.....	218
11.7.13. Homicídio praticado por policial militar, contratado para zelar pela segurança de festa de casamento	219
11.7.14. Dano causado por disparo de arma de fogo de policial em tumulto público	219
11.7.15. Violência sexual sofrida por enferma no hospital psiquiátrico em que estava internada	219
11.7.16. Desistência de desapropriação	219
11.8. Dano resultante de força maior.....	219
11.8.1. Danos causados por enchentes. Força maior.....	220
11.8.2. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública. Vendaval. Força maior	220
11.8.3. Desmoronamento de aterro	220
11.9. Culpa da vítima.....	220
11.9.1. Culpa da vítima. Teoria do risco administrativo	221
11.9.2. Morte em tiroteio com a polícia, iniciado pela vítima	221
11.9.3. Culpa concorrente da vítima. Redução da indenização	221
11.9.4. Travessia de avenida sem se utilizar da passarela para pedestre. Culpa exclusiva da vítima	221
11.10. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano	222
11.10.1. Vítima de bala perdida.....	222
11.10.2. Danos causados por obra pública.....	222
11.10.3. Lesão sofrida por aluno em aula de educação física	222

11.10.4. Vítima fatal de bala perdida, atingida enquanto assistia a um jogo de futebol em estádio público	223
11.10.5. Dano causado por tombamento de imóvel	223
11.11. Responsabilidade do Estado por atos predatórios de terceiros e movimentos multitudinários	223
11.11.1. Atos depredatórios praticados pela multidão enfurecida	225
11.11.2. Depredação. Danos causados à propriedade privada	225
11.11.3. Responsabilidade civil do Estado, desde que provada a sua omissão	226
11.11.4. Atuação ineficiente da polícia	226
11.12. Responsabilidade civil do Estado decorrente de bala perdida	227
11.13. Responsabilidade do Estado por atos judiciais	229
11.13.1. Atos judiciais em geral	229
11.13.2. Erro judiciário	233
11.13.3. Ação direta contra o juiz	235
11.13.4. Responsabilidade civil do promotor de justiça	237
11.13.5. Prisão provisória. Absolvição posterior	238
11.13.6. Réu preso preventivamente e absolvido por insuficiência de provas	238
11.13.7. Excesso de prisão	239
11.13.8. Erro judiciário. Prisão indevida	239
11.13.9. Peticionário que, usando vários nomes, contribuiu para a confusão havida e da qual resultou sua prisão	240
11.13.10. Requisição de abertura de inquérito policial	240
11.13.11. Remessa de cópias de processo ao Ministério Público	240
11.13.12. Condenação em lugar de outrem. Confusão com outra pessoa	241
11.13.13. Réu absolvido em processo-crime por não terem sido bem evidenciadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos	241
11.13.14. Responsabilidade civil do juiz	241
11.13.15. Erro judiciário. Indenização por danos materiais e morais	242
11.13.16. Responsabilidade civil do Estado em razão da morosidade judicial – Indenização indevida	242
11.14. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	242
11.14.1. Danos causados por lei inconstitucional	242
11.14.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita	243
11.14.3. Imunidade parlamentar	244
11.14.4. Deputado estadual. Ato praticado no exercício do mandato	245
11.14.5. Vereador. Ato praticado no exercício do mandato	246
11.14.6. Deputado federal licenciado e no exercício das funções de Ministro de Estado. Inviolabilidade	246

11.14.7. Deputado federal cujas manifestações pela imprensa e internet não guardam nenhuma relação com o exercício do mandato	246
12. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano.....	246

Seção III

Responsabilidade pelo fato da coisa

1. Da responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro	251
1.1. Responsabilidade do dono do veículo que o empresta a terceiro	254
1.2. Danos causados por queda de árvore.....	255
1.3. Danos causados em via pública por instalações de concessionária de serviços elétricos	255
1.4. Uso indevido de automóvel por faxineiro de condomínio.....	256
1.5. Incêndio ocasionado em propriedade vizinha. Responsabilidade do proprietário	256
1.6. Acidente em <i>test-drive</i> – Risco da concessionária	256
2. Responsabilidade pela ruína do edifício	256
2.1. Deslizamento de área pertencente ao réu	258
2.2. Queda de elevador	258
2.3. Queda de veneziana de unidade condominial sobre veículo estacionado ..	259
2.4. Desabamento de prédio	259
2.5. Danos decorrentes de construção. Responsabilidade objetiva	259
2.6. Queda de muro	260
3. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (<i>effusis e dejectis</i>) que caírem em lugar indevido.....	260
3.1. Bomba lançada de apartamento, durante <i>festesjos</i>	263
3.2. Objeto caído de obra em construção	263
3.3. Queda de árvore em logradouro público	263
3.4. Arremesso de objeto sobre prédio vizinho. Impossibilidade para certos condôminos.....	264
3.5. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do proprietário	264
3.6. Veículo atingido por peça que se desprende de ônibus	264
4. Privação da guarda e responsabilidade	264
5. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa.....	267
6. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural	273
7. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos.....	274
8. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	275
9. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária	278

Seção IV*Responsabilidade pelo fato ou guarda de animais*

1. A responsabilidade objetiva do art. 936 do Código Civil.....	279
2. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova.....	282
3. Danos causados por mordida de cão feroz	282
4. Animal em rodovia.....	283

CAPÍTULO II**Responsabilidade Contratual****Seção I***A responsabilidade decorrente dos transportes*

1. O contrato de adesão	285
2. Responsabilidade civil dos transportadores	286
2.1. Contrato de transporte – Disposições gerais	287
2.2. O transporte de pessoas	288
2.2.1. O transporte terrestre.....	291
2.2.1.1. Transporte ferroviário	297
2.2.1.1.1. Queda de trem. “Surfismo ferroviário”	297
2.2.1.1.2. Viagem no estribo. Indenização	298
2.2.1.1.3. “Pingente” acidentado. Indenização	298
2.2.1.1.4. Queda do passageiro ao saltar do trem ainda em movimento	299
2.2.1.1.5. Acidente ocasionado por falha no sistema do transportador	299
2.2.1.1.6. Queda da plataforma em razão de tumulto causado pela multidão	299
2.2.1.1.7. Movimentação do trem com porta aberta	300
2.2.1.1.8. Transporte de passageiro. Cláusula de incolumidade	300
2.2.1.1.9. Fato de terceiro estranho ao transporte	300
2.2.1.1.10. Responsabilidade objetiva do transportador	300
2.2.1.1.11. Perda parcial da carga transportada por mais de uma ferrovia	301
2.2.1.1.12. Abalroamento de veículo em via férrea. Culpa concorrente	301
2.2.1.1.13. Atropelamento de pedestre ao atravessar o leito da ferrovia	301
2.2.1.1.14. Beneficiários da vítima que ingressam com ações distintas. Admissibilidade	301
2.2.1.1.15. Passageiro de trem prensado pela porta do vagão ao nele pretender ingressar	301
2.2.1.1.16. Atropelamento em via férrea	302
2.2.1.2. Transporte em ônibus	302

2.2.1.2.1.	Responsabilidade objetiva da empresa de transportes	302
2.2.1.2.2.	Colisão envolvendo dois veículos. Fato de terceiro.....	303
2.2.1.2.3.	Passageira importunada no interior de ônibus. Responsabilidade da transportadora. Dano moral	303
2.2.1.2.4.	Desaparecimento, no interior de ônibus, de pasta pertencente ao passageiro.....	303
2.2.1.2.5.	Explosão de pacote contendo artefatos pirotécnicos dentro de ônibus. Responsabilidade da transportadora.....	303
2.2.1.2.6.	Ônibus de excursão. Morte de passageiro.....	304
2.2.1.2.7.	Acidente de trânsito. Culpa exclusiva da vítima.....	304
2.2.1.2.8.	Abertura de porta com o ônibus ainda em movimento	304
2.2.1.2.9.	Acidente. Solavanco do veículo. Indenização devida.....	304
2.2.1.2.10.	Passageiro de ônibus enlouquecido. Agressão ao motorista	304
2.2.1.2.11.	Fato de terceiro equiparado a caso fortuito.....	305
2.2.1.2.12.	Incêndio do veículo. Danos ao passageiro.....	305
2.2.1.2.13.	Indenização. Responsabilidade objetiva. Necessidade da prova do dano.....	305
2.2.1.2.14.	Ônibus incendiado por vândalos. Queda de passageira	305
2.2.1.3.	Transporte rodoviário.....	306
2.2.1.3.1.	Transporte de mercadoria. Roubo de carga durante o trajeto do veículo.....	306
2.2.1.3.2.	Mercadoria avariada durante o transporte.....	306
2.2.1.3.3.	Mercadoria extraviada.....	306
2.2.1.3.4.	Mercadoria furtada.....	307
2.2.1.3.5.	Mercadoria roubada de veículo estacionado à noite em via pública.....	307
2.2.1.3.6.	Transporte de caixa não lacrada. Entrega aberta, com danos na mercadoria nela contida	307
2.2.1.3.7.	Malote bancário. Indenização devida em caso de assalto....	307
2.2.2.	O transporte aéreo	307
2.2.2.1.	Extravio de bagagem.....	312
2.2.2.2.	Extravio de mercadoria	312
2.2.2.3.	Atraso de voo	312
2.2.2.4.	Antecipação de voo sem comunicação aos passageiros.....	314
2.2.2.5.	Voo internacional fretado. Indenização por má prestação de serviços.....	314
2.2.2.6.	Substituição de passagem de classe executiva por classe econômica de outra companhia aérea	314

2.2.2.7. <i>Overbooking</i> . Dano moral.....	314
2.2.2.8. Apuração das causas em acidente. Não fluência do prazo prescricional.....	315
2.2.2.9. Culpa grave da companhia aérea caracterizada	315
2.2.2.10. Serviço de entrega rápida. Entrega não efetuada no prazo contratado	316
2.2.2.11. Transporte sucessivo. Responsabilidade solidária da empresa brasileira.....	316
2.2.2.12. Cancelamento de voo sem aviso prévio	316
2.2.2.13. Companhia aérea que condiciona a validade do bilhete de volta à utilização do bilhete de ida.....	316
2.2.2.14. Perda de voo por falha mecânica no avião.....	317
2.2.3. O transporte marítimo	317
2.2.3.1. Extravio de mercadoria	320
2.2.3.2. Mercadoria avariada	320
2.2.3.3. Competência. Foro de eleição.....	320
2.2.3.4. Cláusula limitativa de responsabilidade.....	320
2.2.3.5. Vistoria a destempo. Não responsabilidade da transportadora ...	320
2.2.3.6. Desnecessidade de protesto e vistoria	321
2.3. O transporte de bagagem.....	321
2.4. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador.....	322
2.4.1. O fortuito e a força maior.....	323
2.4.2. Transporte aéreo e indenização tarifada.....	325
2.5. O transporte de coisas	327
2.6. O transporte gratuito.....	328
2.7. A prescrição da pretensão indenizatória.....	333

Seção II

A responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários

1. Natureza jurídica do depósito bancário	336
2. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso	336
3. Pagamento com cartões de crédito e saques em caixas eletrônicos e pela Internet	341
4. Responsabilidade dos bancos pelo roubo de bens depositados em seus cofres.	345
5. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor	349
6. Transferência de numerário para conta de terceiro e saque por terceiro, não autorizados pelo correntista	351

7. Abertura de conta corrente com documento falso	352
8. Lançamento indevido de débito em conta corrente.....	353
9. Indenização por dano moral devida a funcionário usado como refém.....	353
10. Porta giratória. Travamento. Dano moral.....	354
11. Cheque extraviado por culpa do banco.....	354
12. Pagamento de cheque pelo banco após o recebimento de contraordem....	355
13. Extravio de título entregue para cobrança.....	355
14. Banco. Participação de prepostos da agência na prática do ato ilícito.....	356
15. Contabilização irregular de aplicação em <i>open market</i>	356
16. Abertura de conta corrente sem autorização de correntista. Desvalorização da moeda.....	356
17. Cheque transferido mediante endosso falso.....	356
18. Culpa concorrente: obrigação do banco de indenizar cliente autor de operações ilegais.....	357
19. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes.....	357

Seção III

A responsabilidade dos médicos, cirurgiões plásticos e cirurgiões-dentistas

1. A responsabilidade dos médicos.....	362
2. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	366
3. O tratamento médico de risco	369
4. Transusão de sangue em paciente cuja convicção filosófica ou religiosa não a admite.....	370
5. A responsabilidade do anestesista.....	371
6. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia	373
7. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos.....	374
8. A responsabilidade dos médicos, hospitais, laboratórios e planos de saúde em face do Código de Defesa do Consumidor.....	376
9. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas e dos médicos veterinários...	381
10. A responsabilidade dos hospitais, na jurisprudência.....	382
10.1. Falha de serviço.....	382
10.2. Negligência médica. Ferimento malcuidado.....	383
10.3. Hospital municipal. Legitimidade passiva.....	383
10.4. Marido da vítima que contraiu novas núpcias. Legitimidade ativa.....	383
10.5. Negligência do hospital. Inexistência de provas de que empreendeu buscas à localização dos parentes do morto.....	384
10.6. Infecção hospitalar.....	384
10.7. Morte de paciente após empreender fuga. Culpa não caracterizada.....	384

10.8. Suicídio de paciente. Responsabilidade do hospital	384
10.9. Recusa do hospital em receber paciente	384
10.10. Remoção de paciente para outro hospital por meio inadequado	385
10.11. Subtração de recém-nascido. Culpa <i>in vigilando</i> caracterizada	385
10.12. Falha de hospital no tratamento de recém-nascido	385
10.13. Hospital público – Erro médico – Prescrição quinquenal	385
11. Intervenção cirúrgica – Jurisprudência	386
11.1. Equipe médica que esquece agulha de sutura no organismo do paciente	386
11.2. Profissional que desconsidera quadro clínico anormal de paciente	386
11.3. Insucesso em intervenção cirúrgica. Inexistência de prova de conduta culposa	386
11.4. Cirurgia realizada com imprudência	386
11.5. Indenização – Cirurgia de vasectomia	386
12. Erro de diagnóstico – Jurisprudência	387
12.1. Dois exames endoscópicos com diagnósticos totalmente diferentes	387
12.2. Evolução do mal, com perda parcial da visão	387
13. Ministração de medicamentos – Jurisprudência	387
13.1. Obrigação de meio e não de resultado	387
13.2. Aplicação de droga básica. Culpa não comprovada	387
13.3. Choque alérgico provocado pela aplicação de injeção de analgésico	387
14. Danos causados por anestesia – Jurisprudência	388
14.1. Choque resultante do uso de anestésico de alto risco	388
14.2. Cirurgião e anestesista. Atos destacáveis	388
15. Cirurgia plástica. Danos materiais e morais – Jurisprudência	388
15.1. Cirurgia estética. Obrigação de resultado	388
15.2. Cirurgia estética com resultado diverso do pretendido pelo paciente	389
15.3. Responsabilização do cirurgião, salvo culpa do paciente ou a intervenção de fator imprevisível	389
15.4. Cirurgia estética. Negligência no pós-operatório	389
15.5. Cirurgia plástica. Obrigação de resultado. Inadmissibilidade	390
15.6. Defeitos da cirurgia. Indenização por danos morais e estéticos devida	390
16. Nascituro e lesões sofridas durante o trabalho de parto – Jurisprudência	390
16.1. Danos morais. Retardamento do parto	390
16.2. Lesões ao nascituro. Culpa do médico não comprovada	390
16.3. Danos físicos irreversíveis, causados durante o trabalho de parto	390
17. Plano de saúde – Jurisprudência	391
17.1. Internação em hospital não conveniado, por falta de vaga	391
17.2. Internação em UTI. Cláusula limitativa de período	391

17.3. Falta de clareza na redação de cláusula contratual. Nulidade de pleno direito	391
17.4. Convênio de assistência médico-hospitalar. Contrato de adesão.	
Interpretação contra o estipulante.....	391
17.5. Convênio médico. AIDS. Exclusão. Inadmissibilidade.....	391
17.6. Cirurgia plástica. Exclusão de cobertura	392
17.7. Recusa de atendimento a grávida, com quadro abortivo, em razão de prazo de carência	392
17.8. Indenização devida a mulher que teve os seios retirados por erro médico.	392
18. Prescrição. Prazo – Jurisprudência	392
19. Cirurgião-dentista: casuística	392
19.1. Tratamento odontológico. Obrigação de resultado. Imperícia	392
19.2. Responsabilidade civil odontológica. Nexo causal. Inexistência.....	393
19.3. Inversão do ônus da prova	393
20. Médico veterinário: casuística	393
20.1. Animal submetido a cesariana.....	393
20.2. Morte de cavalo de raça.....	393
20.3. Morte de animal. Culpa configurada.....	394

Seção IV

Responsabilidade civil dos advogados

1. Responsabilidade contratual. Obrigação de meio	394
2. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	397
3. Inviolabilidade profissional – Jurisprudência.....	400
4. Desídia do advogado, deixando prescrever a pretensão do cliente – Jurisprudência	401
5. Atuação ineficiente – Jurisprudência	401
6. Perda de prazo – Jurisprudência	402

Seção V

Responsabilidade civil do fornecedor no Código de Defesa do Consumidor

1. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor	403
2. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	405
3. A responsabilidade por vício do produto e do serviço.....	407
4. As excludentes da responsabilidade civil.....	409
5. Defeito em mercadoria ou na prestação de serviços	412
5.1. Vacina contra febre aftosa. Morte dos animais.....	412
5.2. Bombom com larvas de inseto ingerido por consumidor.....	412
5.3. Consumidor que ingere refrigerante com corpo estranho	412

5.4.	Incêndio provocado por defeito de aparelho instalado pelo réu	412
5.5.	Banco. Devolução irregular de cheques por insuficiência de fundos	412
5.6.	Colocação em risco da saúde do consumidor	412
5.7.	Produto para tingir cabelos. Provocação de queda	413
6.	Deficiência de informação	413
7.	Defeito em veículo	413
7.1.	Veículo novo com defeito de fábrica	413
7.2.	Veículo importado com defeito de fabricação	414
7.3.	Falta de peças de reposição	414
8.	Propaganda enganosa	414
8.1.	Responsabilidade do anunciante e do fabricante	414
8.2.	Oferta de veículo em estado de novo que, porém, apresenta defeitos graves	415
8.3.	Promoção para distribuição de prêmios a título de publicidade. Omissão de informação	415
8.4.	Concurso de prognóstico. Inexistência de ofensa ao CDC	415
9.	Água – Corte no fornecimento	415
10.	Energia elétrica	415
10.1.	Irregular interrupção do fornecimento do serviço	415
10.2.	Corte de energia elétrica	416
11.	Acidente de consumo	416
11.1.	Danos provocados por acidentes em supermercado e <i>shopping center</i>	416
11.2.	Danos causados por brinquedo de parque de diversões	416
11.3.	Acidente com criança ocorrido em brinquedo infantil localizado em estabelecimento comercial	416
11.4.	Explosão de botijão de gás	417
11.5.	Tiroteio entre seguranças de loja e assaltantes	417
11.6.	Cliente de hipermercado, vítima de latrocínio	417
11.7.	Abertura de lata do tipo “abre fácil”. Ferimento na mão esquerda da consumidora	417
12.	Ônus da prova – Inversão	417
12.1.	Condição de hipossuficiência técnica, e não econômica	417
12.2.	Inversão do ônus da prova. Faculdade concedida ao juiz	418
13.	Rescisão de compromisso de compra e venda	418
13.1.	Cláusula penal que prevê o decaimento das importâncias pagas pelo compromissário-comprador	418
13.2.	Perda das prestações pagas. Inadmissibilidade	418
14.	Negativação do nome em banco de dados	418
14.1.	Inadmissibilidade se o débito está sendo questionado em juízo	418
14.2.	Dano moral. Fixação exagerada do valor da causa	418

15. Linha telefônica. Desligamento indevido	419
16. Responsabilização de jornal por prejuízo do leitor. Inadmissibilidade ...	419
17. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho. Dano moral.....	419

Seção VI

A responsabilidade dos empreiteiros e construtores

1. Contrato de construção	420
2. Construção por empreitada	421
3. Construção por administração	422
4. A responsabilidade do construtor	423
5. Responsabilidade pela perfeição da obra	423
6. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra	424
7. Responsabilidade pelos vícios redibitórios	426
8. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros.....	427
9. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor).....	428
10. Danos a prédio vizinho	430
10.1. Danos provocados por circunstância imponderável e imprevisível.....	430
10.2. Danos decorrentes de inobservância de normas de segurança	430
10.3. Desabamento de edifício em construção	430
10.4. Responsabilidade solidária do proprietário e do construtor	430
10.5. Rachaduras. Nexo causal não comprovado	431
11. Desabamento de edifício recém-construído.....	431
12. Defeitos de solidez e segurança da obra.....	431
12.1. Comprometimento das condições elementares de habitabilidade	431
12.2. Infiltração de águas. Responsabilidade do construtor	431
12.3. Vícios que afetam a solidez do edifício, a segurança e a saúde de seus moradores	432
13. Responsabilidade solidária do construtor e do incorporador	432
14. Responsabilidade perante os adquirentes de unidades autônomas	432
14.1. Danos advindos de construção. Responsabilidade dos alienantes perante os adquirentes.....	432
14.2. Responsabilidade do incorporador e construtor perante, também, os adquirentes das unidades	433
15. Responsabilidade do engenheiro civil	433
15.1. Dever de acompanhar a execução da obra.....	433
15.2. Responsabilidade do engenheiro civil, projetista e fiscal da obra	433

15.3. Engenheiro civil. Dever de examinar os materiais empregados	433
15.4. Atraso na entrega da obra. Cláusula de tolerância.....	434

Seção VII

*A responsabilidade dos depositários
e encarregados da guarda e vigilância
de veículos (estacionamentos, supermercados,
restaurantes, "shopping centers" etc.)*

1. Contrato de depósito, de guarda e análogos	435
2. A responsabilidade dos donos de estacionamentos	435
3. A responsabilidade dos proprietários de postos de combustíveis.....	439
4. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas	440
5. A responsabilidade dos donos de restaurantes.....	441
6. A responsabilidade dos proprietários de hotéis	443
7. A responsabilidade das Escolas e Universidades	445
8. A responsabilidade dos donos de supermercados e <i>shopping centers</i>	447
9. A responsabilidade dos condomínios edilícios	455
10. Casos análogos	460
10.1. A responsabilidade dos hospitais.....	460
10.2. A responsabilidade dos clubes sociais.....	461
10.3. A responsabilidade dos empregadores	462

Seção VIII

A responsabilidade dos locadores

1. A responsabilidade civil na locação de coisa	463
2. Multa pelo atraso no pagamento de aluguéis e quotas condominiais. Inaplicabilidade do CDC.....	465
3. Direito de preferência	465
4. Ação movida contra os fiadores.....	466
5. Locador que entrega imóvel destinado a uso residencial sem condições de habitabilidade.....	466
6. Multa compensatória. Cobrança através de execução	466
7. Recusa do locador em receber de volta as chaves de imóvel locado.....	466
8. Multa legal. Inviabilidade da cobrança	466
9. Benfeitorias. Direito de retenção	467
10. Multa. Caráter indenizatório. Incidência a partir da citação	467
11. Incêndio. Dano no imóvel.....	467

12. Devolução do imóvel. Falta de pagamento dos tributos	467
13. Danos atribuídos ao locatário	467

Seção IX

Acidente de trabalho e responsabilidade civil

1. A responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho	468
2. Morte de empregado, vítima de assalto	473
3. Empregado vítima de acidente de veículo	474
4. Falta de fornecimento de segurança, fiscalização e equipamentos de proteção aos empregados	475
5. Ônus da prova	476
6. Culpa do empregador	477
7. Antecipação da tutela	477
8. Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	478
9. Enfarte agudo do miocárdio	478
10. Competência para julgamento das ações de indenização	478
11. Responsabilidade do empregador nos casos de terceirização do serviço...	479
12. <i>Motoboy</i> acidentado quando desempenhava atividade para a empresa. Responsabilidade objetiva <i>desta</i>	480
13. Empregado que se machucou quando praticava atividades esportivas pela empresa	481
14. Danos morais. Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	481
15. Óbito do empregado. Disparos por arma de fogo efetuados por colega de trabalho	481

Seção X

A responsabilidade dos tabeliães

1. Responsabilidade civil dos tabeliães em face da Constituição Federal de 1988	482
2. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva dos tabeliães	486

TÍTULO II

Da Culpa

CAPÍTULO I

Conceito

1. Elementos da culpa	489
2. Graus de culpa	490

3. Culpa e risco.....	491
-----------------------	-----

CAPÍTULO II

A Culpa no Cível e no Crime

(Efeitos civis da sentença penal)

1. Unidade da jurisdição e interação entre as jurisdições civil e penal.....	496
2. A sentença condenatória proferida na esfera criminal	502
2.1. Fundamentos legais	502
2.2. Medidas processuais adequadas	505
2.3. Competência.....	507
2.4. Legitimidade ativa e passiva	508
3. A sentença absolutória proferida na esfera criminal	509
3.1. Insuficiência de provas para a condenação.....	510
3.2. Quando o fato não constitui crime.....	511
3.3. Ausência de culpa.....	512
3.4. Inexistência do fato ou exclusão da autoria.....	513
3.5. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito.....	514
3.5.1. Exercício regular de direito	514
3.5.2. Estado de necessidade	514
3.5.3. Legítima defesa	516
4. Despacho de arquivamento do inquérito	517
5. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal	518
6. Suspensão do curso da ação civil.....	519

TÍTULO III

Da Relação de Causalidade

1. O liame da causalidade.....	523
2. A pesquisa do nexa causal.....	524
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade	527

TÍTULO IV

Do Dano e sua Liquidação

CAPÍTULO I

Do Dano Indenizável

1. Conceito e requisitos do dano	529
2. Espécies de dano	531

2.1. Dano material e moral, direto e indireto (reflexo ou em ricochete)	531
2.2. Novos danos: pela perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais	532
2.3. A irreparabilidade do dano evitável (<i>duty to mitigate the loss</i>)	533
3. Pessoas obrigadas a reparar o dano	534
4. Pessoas que podem exigir a reparação do dano	536
4.1. Titulares da ação de ressarcimento do dano material	536
4.1.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos)	536
4.1.2. A companheira	539
4.2. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos	540
4.2.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc.	540
4.2.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.)	542
4.2.3. A pessoa jurídica	545
5. Dano material e dano moral	546
5.1. Dano moral	546
5.1.1. Conceito	546
5.1.2. Bens lesados e configuração do dano moral	547
5.1.3. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e imprescritibilidade	548
5.1.4. A prova do dano moral	550
5.1.5. Objeções à reparação do dano moral	552
5.1.6. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor	553
5.1.7. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988	556
5.1.8. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material	558
5.1.9. Natureza jurídica da reparação	560
5.1.10. A quantificação do dano moral	562
5.1.10.1. Tarifação e arbitramento	562
5.1.10.2. Critérios para o arbitramento da reparação, na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho	564
5.1.10.3. O método bifásico na aferição do <i>quantum</i> da indenização	573
5.1.11. Valor da causa na ação de reparação de dano moral	574
5.1.12. Sucumbência parcial do autor	574
5.1.13. Antecipação da tutela nas ações de reparação de dano moral	575

5.1.14. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral	578
6. Casos especiais de dano moral – Doutrina e Jurisprudência	579
6.1. Abandono afetivo – Dano moral	579
6.2. Abordagem de cliente suspeito de furto em estabelecimento comercial....	581
6.3. Acidente do trabalho e responsabilidade civil.....	582
6.4. Advogados – Responsabilidade civil.....	582
6.5. Adultério e separação judicial	582
6.6. Agências de viagens e turismo	584
6.7. Agressões verbais – Dano moral	586
6.8. Apreensão indevida de veículo – Dano moral.....	586
6.9. Apuração de falta funcional – Inocorrência de dano moral	587
6.10. AIDS e responsabilidade civil	587
6.11. Assédio moral.....	587
6.12. Assédio sexual e dano moral	589
6.13. Ato de terceiro – Responsabilidade dos pais, tutores, curadores, patrões, educadores, donos de hotéis, pessoas jurídicas de direito público	591
6.14. Bagagem – Extravio em transporte rodoviário e aéreo	591
6.15. Bancos – Responsabilidade civil – Dano moral	592
6.16. Banheiro – Limitação ao uso – Indenização por danos morais	596
6.17. Banho de espuma em danceteria	597
6.18. Cadastro de inadimplentes (SPC, Serasa etc.) – Inclusão do nome do devedor	597
6.19. Calúnia, difamação e injúria	601
6.20. Carro – Demora no conserto.....	601
6.21. Cheque – Devolução indevida – Dano moral	603
6.22. Cheque pré-datado – Apresentação antes da data convencionada.....	603
6.23. Cheque – Não aceitação por estabelecimento comercial	605
6.24. Cigarros – Ação movida por consumidor contra o fabricante	606
6.25. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho	607
6.25.A. Concurso público – Não convocação de candidato aprovado	608
6.26. Condomínio – Responsabilidade civil.....	609
6.27. Cônjuges – Responsabilidade civil.....	610
6.28. Código de Defesa do Consumidor – Responsabilidade civil	610
6.29. Contrato – Inadimplemento – Dano moral.....	610
6.30. Corpo estranho em refrigerantes e alimentos	611
6.30.A. Criança vítima de agressão – Dano moral presumido	612
6.31. Culpa contratual e dano moral	612

6.32. Cumulação do dano moral com o dano estético	615
6.33. Curso – Duração maior que o anunciado	615
6.34. Dano ambiental – Reparação	615
6.35. Dano atômico – Responsabilidade civil	615
6.36. Dano estético – Cumulação das indenizações de dano estético e dano moral	615
6.37. Dano moral coletivo	615
6.38. Dano material	617
6.39. Direito autoral – Violação	618
6.40. Direito do trabalho – Dano moral	619
6.41. Empreiteiros e construtores – Responsabilidade civil	622
6.42. Energia elétrica – Corte indevido – Dano moral	622
6.43. Falência – Responsabilidade do requerente pelo pedido denegado	623
6.44. Fato da coisa e do animal – Responsabilidade	623
6.45. Falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos – Dano moral.....	624
6.46. Festa de casamento frustrada	628
6.47. Fotos – Atraso na entrega – Indenização devida	629
6.48. Gravidez – Interrupção provocada por acidente.....	629
6.49. Imagem (própria) – Violação do direito	630
6.50. Intimidade (direito) – Reparação da ofensa	630
6.51. Investigação de paternidade e dano moral.....	631
6.52. Irmãos da vítima – Legitimidade e interesse em pleitear reparação por dano moral	632
6.53. Lesão corporal – Indenização	633
6.54. Liberdade pessoal – Responsabilidade no caso de ofensa	633
6.55. Linha telefônica – Bloqueio	633
6.56. Locação da coisa – Responsabilidade civil.....	634
6.56.A. Marca – Uso indevido	634
6.57. Médicos, hospitais, cirurgiões plásticos e cirurgiões-dentistas – Responsabilidade	636
6.58. Morte de pessoa da família (genitor, descendente, ascendente, cônjuge, companheiro)	636
6.59. Multa de trânsito – Cobrança indevida	636
6.60. Noiva – Legitimidade para ajuizar ação indenizatória por dano moral.....	637
6.61. Noivado – Rompimento.....	638
6.62. <i>Overbooking</i> em viagem aérea	638
6.62.A. Plágio – Dano moral presumido.....	639
6.63. Plano de saúde – Recusa injusta de cobertura – Dano moral	640

6.64. Preconceito racial e dano moral	641
6.65. Reconvenção, sob alegação de tratar-se de ação temerária	642
6.65.A. Redes sociais – Falsa imputação de crime	644
6.66. Registro de criança fruto de adultério	644
6.67. Registro de trabalhador – Ausência – Dano moral	644
6.68. Remoção de restos mortais sem o consentimento da família	645
6.69. Revista abusiva em empregado – Dano moral	646
6.69.A. Salário – Pagamento sempre com atraso	646
6.70. Salário mínimo – Fixação do dano moral a ele vinculada	647
6.71. Supermercado – Extravio de bolsa depositada na recepção	648
6.72. Tabeliães – Responsabilidade civil	648
6.73. Telefone residencial – Veiculação para serviços de massagens e outros	649
6.74. Televisão – Programas – Dano moral	649
6.74.A. Transexual	651
6.75. Transporte de pessoas e de coisas, transporte gratuito, extravio de bagagens etc. – Responsabilidade civil	651
6.76. Troca de bebês em maternidade	651
6.77. Usurpação ou esbulho – Responsabilidade civil	653

CAPÍTULO II

Da Liquidação do Dano

Seção I

Princípios gerais

1. O dano moral	653
2. O dano material. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante	653
2.1. Necessidade de demonstração plena da existência dos lucros cessantes, que não se presumem	655
2.2. Vítima que permaneceu durante certo tempo com incapacidade absoluta	656
2.3. Recorrente que explora atividade agropecuária e ficou anos sem dispor de seu veículo – Lucros cessantes devidos. Lucro cessante – Configuração – Quantificação	656
2.4. Veículo entregue a concessionária para conserto – Demora razoável	657
2.5. Aeronave fora de uso havia quatro anos – Lucros cessantes indevidos	657
2.6. Lucros cessantes – Excessiva demora para o conserto do veículo	657
2.7. Substituição do ônibus danificado por outro de reserva	657
2.8. Verba relativa a aluguel de carro durante o período de reparação do veículo danificado	658
2.9. Táxi danificado – Lucros cessantes	658

3. A situação econômica do ofensor e a equidade	658
4. A influência de outros elementos	660
4.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária	660
4.2. Dedução do seguro obrigatório.....	661
5. Alteração da situação e dos valores.....	663
5.1. A correção monetária	663
5.1.1. Correção monetária – Ato ilícito – Incidência sobre a condenação a partir do efetivo prejuízo	665
5.1.2. Retenção de quantia em dinheiro – Restituição sem acréscimos – Inadmissibilidade	666
5.1.3. Correção monetária – Ato ilícito – Fluência a partir do evento danoso, e não apenas do ajuizamento da ação.....	666
5.1.4. Acidente de trânsito – Correção monetária – Incidência desde o prejuízo, ou seja, desde o desembolso.....	666
5.1.5. Correção monetária – Acidente de trânsito – Incidência desde o orçamento	667
5.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais	667
5.2.1. Indenização – Pensão – Inclusão do autor na folha de pagamento da ré.....	669
5.2.2. Ato ilícito – Prestação de alimentos – Necessidade de constituição de garantia pelo devedor.....	669
5.2.3. Indenização – Constituição de capital para assegurar o adimplemento da verba	669
5.3. Prisão civil do devedor – Natureza da obrigação alimentar	669
5.4. Atualização e revisão das pensões.....	670
5.5. A incidência dos juros – Juros simples e compostos.....	672
5.6. O cálculo da verba honorária.....	674

Seção II

A liquidação do dano em face do direito positivo, da doutrina e da jurisprudência

1. A indenização em caso de homicídio.....	676
1.1. Morte de filho	678
1.1.1. Pensão – Morte de filho menor que não exercia atividade remunerada	682
1.1.2. Acidente fatal – Indenização requerida pelos pais – Termo final	683
1.1.3. Morte de criança – Sobrevida da vítima como termo final da pensão	683
1.1.4. Verba pleiteada pelos pais do <i>de cujus</i> , solteiro e maior	684
1.1.5. Filho menor, vítima fatal, desempregado à época do fato – Irrelevância	684

1.1.6.	Morte de filho menor – Pensão devida desde a data do evento.....	685
1.1.7.	Morte de filho menor que vivia com a mãe divorciada, não prestando qualquer auxílio material ao pai	685
1.2.	Morte de chefe de família.....	685
1.2.1.	Pensão por morte – Beneficiária que contraiu núpcias – Hipótese em que deixa de ser pensionada.....	688
1.2.2.	Pensão devida a filho menor – Direito de acrescer	688
1.2.3.	Ato ilícito – Pensão devida a partir do evento e até o momento em que a vítima atingiria a idade de 70 anos	688
1.3.	Morte de esposa.....	688
1.4.	Cálculo da indenização. O método bifásico como critério para a quantificação do dano moral	691
1.4.1.	Indenização – Pensão por morte de chefe de família – Fixação	693
1.4.2.	Pensão – Direito à indenização não afastado pelo benefício previdenciário.....	693
1.4.3.	Morte da esposa – Dano moral e material.....	694
1.4.4.	Vítima trabalhador autônomo – Não inclusão, no cálculo da pensão, do 13º salário.....	694
1.4.5.	Pensão – Vítima aposentada	694
1.4.6.	Ação de indenização – Jazigo perpétuo	694
1.4.7.	Pensão mensal aos pais da vítima – Critério para sua fixação e tempo de duração	694
1.4.8.	Pensão – Ação proposta por filha casada	695
1.4.9.	Pensão – Casamento da filha da vítima.....	695
2.	A indenização em caso de lesão corporal	695
2.1.	Lesão corporal de natureza leve	695
2.2.	Lesão corporal de natureza grave. O dano estético	695
2.3.	Inabilitação para o trabalho	700
2.3.1.	A indenização devida	700
2.3.1.1.	Perda da capacidade laborativa total e permanente.....	703
2.3.1.2.	Inexistência de incapacitação para o trabalho em face da intervenção cirúrgica – Verba indevida	703
2.3.1.3.	Pensionamento – Incapacidade absoluta.....	703
2.3.1.4.	Indenização – Incapacidade parcial e permanente	704
2.3.2.	A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa	704
2.3.3.	A duração da pensão e sua não cumulação com os benefícios previdenciários	705

2.3.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa	706
3. Responsabilidade no caso de ofensa à liberdade pessoal	707
4. Responsabilidade em caso de usurpação ou esbulho	711

| Livro III

Os Meios de Defesa ou as Excludentes da Responsabilidade Civil

1. O estado de necessidade	714
1.1. Motorista – Manobra para evitar abaloamento de outro veículo – Dano a terceiro – Estado de necessidade que não o isenta da obrigação de indenizar	716
1.2. Estado de necessidade – Reconhecimento no processo-crime – Fato que não isenta da sua reparação o causador do dano	717
1.3. Veículo oficial – Ação regressiva contra preposto, que agiu em estado de necessidade – Desacolhimento	717
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal	718
2.1. Ação indenizatória – Ato praticado em legítima defesa putativa, que não exclui o dever de indenizar – Responsabilidade civil estatal objetiva configurada – Verba devida	720
2.2. Responsabilidade civil – Legítima defesa – <i>Aberratio ictus</i>	721
2.3. Ato praticado em legítima defesa real	721
2.4. Alegação de legítima defesa – Suspensão da ação civil	722
2.5. Ato praticado no estrito cumprimento do dever legal	722
3. A culpa exclusiva da vítima	722
3.1. Indenização – Morte da vítima – “Surfista” – Verba indevida	724
3.2. Vítima embriagada cambaleando em pista de rodovia durante a noite	724
3.3. Morte causada por cerca eletrificada	725
3.4. Acidente do trabalho típico – Culpa exclusiva da vítima configurada	725
3.5. Acidente de trânsito – Ação de indenização – Culpa exclusiva da vítima configurada	725
3.6. Atropelamento – Indenização – Culpa exclusiva da vítima	725
3.7. Culpa concorrente	725
3.8. Culpa exclusiva da vítima	726
4. O fato de terceiro	726
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro	726
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador	727

4.3.	O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana	728
4.4.	A denunciação da lide e o fato de terceiro	730
4.5.	Ato de preposto – Arguição de fato de terceiro – Responsabilidade reconhecida – Direito de regresso assegurado contra o terceiro culpado pelo sinistro	733
4.6.	Acidente sofrido por passageiro – Causa estranha ao transporte	734
4.7.	Terceiro, único culpado pelo acidente de veículos	734
4.8.	Engavetamento de veículos – Indenizatória movida contra o primeiro a colidir – Admissibilidade	734
4.9.	Causador direto do dano que foi mero instrumento da ação de terceiro – Fato equiparado ao caso fortuito	735
4.10.	Denunciação da lide – Pretensão do denunciante de afastar sua responsabilidade	735
4.11.	Acidente de trânsito – Solidariedade passiva reconhecida	736
4.12.	Passageiro atingido por pedrada no interior de trem – Frequência do incidente que exclui a existência de caso fortuito	736
4.13.	Tumulto no interior de vagão de trem	736
4.14.	Colisão de ônibus – Passageiro que prefere demandar o proprietário do outro veículo – Legitimidade	736
4.15.	Assalto – Fato de terceiro – Indenização indevida.....	736
5.	Caso fortuito e força maior	737
5.1.	Queda de árvore – Vendaval – Caso fortuito ou força maior.....	742
5.2.	Alegação de defeitos mecânicos no veículo – Irrelevância – Indenização devida.....	742
5.3.	Furto de carga transportada – Caso fortuito ou força maior não caracterizados	743
5.4.	Roubo de veículo de estacionamento	743
5.5.	Roubo da carga durante o trajeto do veículo – Força maior.....	743
5.6.	Assalto à mão armada dentro de ônibus – Causa estranha ao transporte ...	743
5.7.	Instituições bancárias – Delitos ou fraudes praticados por terceiros.....	744
6.	Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar	744
6.1.	Restaurante – Chaves do veículo entregues a manobrista – <i>Ticket</i> com menção a cláusula de não indenizar – Ineficácia	748
6.2.	Hotel – Furto em apartamento de hóspede – Ineficácia de aviso afixado nos quartos.....	748
6.3.	Turismo – Excursão em grupo – Desvio de malas – Cláusula de não indenizar	749
6.4.	Transporte marítimo – Mercadoria extraviada – Cláusula limitativa da indenização	749

7. A prescrição.....	749
7.1. Prescrição – Responsabilidade civil do Estado – Vítima contaminada pelo vírus HIV	754
7.2. Prescrição – Interrupção – Citação havida em ação idêntica anterior, julgada extinta sem conhecimento do mérito	755
7.3. Prescrição – Prazo que somente começaria a fluir após a consolidação das lesões e estabelecida a incapacidade definitiva	755
7.4. Acidente aeronáutico – Decadência – Prazo de dois anos	755
7.5. Responsabilidade civil “ex delicto” – Prescrição – Fluência a partir da data do trânsito em julgado da decisão condenatória no juízo criminal	755
7.6. Ressarcimento ao erário público – Imprescritibilidade	756
7.7. Indenização por morte – Fluência do prazo prescricional a contar do óbito e não do acidente que o causou	756
7.8. Erro médico – Hospital público – Prescrição quinquenal	756

| Livro IV

Responsabilidade Civil Automobilística |

TÍTULO I

Introdução

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística.....	757
2. Da culpa ao risco.....	758
3. O Código de Trânsito Brasileiro.....	761

TÍTULO II

Aspectos da Responsabilidade Civil Automobilística (em ordem alfabética)

1. Abaloamento	764
2. Ação de reparação de danos	764
2.1. A propositura da ação.....	764
2.2. Apuração dos danos em execução de sentença	764
2.3. Coisa julgada	765
2.4. Foro competente	766
3. Alienação de veículo	767
4. Alienação fiduciária.....	767
5. Ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros e viaturas policiais – Prioridade de passagem	768

6. Animal na pista	770
7. Arrendamento mercantil (“leasing”)	771
8. Atropelamento	771
9. Autoescolas e a responsabilidade pelos danos	774
10. Auxílio previdenciário	775
11. Benefício previdenciário	775
12. Boletim de ocorrência	776
13. Caso fortuito e força maior	778
14. Certificado de propriedade	778
15. Cessão gratuita de veículo	779
16. Colisão	779
16.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente	779
16.2. Colisão com veículo estacionado regularmente	780
16.3. Colisão em cruzamento não sinalizado	782
16.4. Colisão em cruzamento sinalizado	783
16.5. Colisão e preferência de fato	787
16.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo	788
16.7. Colisão múltipla (engavetamento).....	790
16.8. Colisão na traseira	791
17. Comodato	795
18. Competência	795
19. Compra e venda com reserva de domínio	795
20. Compra e venda mediante contrato de alienação fiduciária	795
21. Concubina	795
22. Condenação criminal	796
23. Contramão de direção	796
24. Conversão à esquerda e à direita	798
25. Correção monetária	801
26. Cruzamento	801
27. Culpa	802
27.1. Culpa contra a legalidade	802
27.2. Culpa presumida do causador do dano (presunção em favor da vítima)....	803
28. Cumulação de benefícios	807
29. Dano	807
29.1. Apuração em execução de sentença	807
29.2. Comprovação do dano	807
29.3. Dano estético	811
29.4. Dano físico ou pessoal.....	811

29.5. Dano patrimonial e dano moral	812
30. Defeito mecânico	812
31. Defeito na pista	812
32. Denúncia da lide	814
33. DER (Departamento de Estradas de Rodagem)	815
33.1. Responsabilidade por acidente ocasionado na estrada por animais	816
33.2. Responsabilidade por acidentes decorrentes de defeitos na pista e de falta ou deficiência de sinalização	818
34. Derrapagem	819
35. Dersa	820
36. Despesas com funeral e sepultura	820
37. Desvalorização do veículo	821
38. Direito de acrescer	822
39. Direito de preferência	823
40. Dívida de valor	823
41. Dono do veículo	823
42. Eixo médio	823
43. Embriaguez	823
44. Engavetamento	826
45. Estacionamento irregular	826
46. Estacionamento regular	827
47. Estado de necessidade	827
48. Faixa de pedestres	827
49. Falha mecânica	829
50. Falta de habilitação legal	829
51. Força maior	829
52. Freios (defeito)	829
53. Frenagem repentina	829
54. Guarda da coisa	830
55. Guincho	830
56. Honorários advocatícios	830
57. Ilegitimidade (e legitimidade) ativa “ad causam”	830
58. Ilegitimidade (e legitimidade) passiva “ad causam”	832
59. Imperícia	835
60. Imprudência	836
61. Inibição	838
62. Juros	839
63. “Leasing”	839

64. Legitimidade “ad causam” ativa e passiva	839
65. Lucros cessantes	839
66. Mal súbito	839
67. Marcha a ré	839
68. Menor	841
69. Motocicleta	841
70. Neblina	842
71. Obras na via pública	843
72. Obstáculo na via pública	843
73. Oficina mecânica	843
74. Ofuscamento	843
75. Ondulações transversais em vias públicas (“tartarugas”)	845
76. Ônus da prova	846
77. Orçamento	848
78. Partida de veículo estacionado junto à calçada	848
79. Pensão	849
80. Placa “PARE”	849
81. Pneu	849
82. Porta	849
83. Preferência de fato	850
84. Preferência de passagem	850
85. Prescrição	850
86. Propriedade do veículo	850
87. Prova	854
87.1. Considerações gerais	854
87.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial)	856
88. Quitação	859
89. Registro da venda do veículo no Cartório de Títulos e Documentos	860
90. Responsabilidade civil	860
91. Seguro facultativo de veículos	861
92. Seguro obrigatório	865
93. Semáforo com defeito	871
94. Sinal (semáforo) amarelo e vermelho	872
95. Sinalização (inexistência)	872
96. Solidariedade	872
97. Sucata	872
98. Testemunha	872
99. Tradição	872

100. Transcrição (no Cartório de Títulos e Documentos) da venda do veículo....	872
101. Transporte de passageiros.....	873
102. Transporte gratuito.....	873
103. Trator.....	873
104. Tr passagem.....	874
105. Velocidade excessiva.....	876
106. Venda de veículo.....	876
107. Verba honorária.....	877
108. Via preferencial.....	877
109. Tr	877
<i>Bibliografia</i>	879